

Segunda-feira, 4 de Maio de 2026

## • DESTAQUE •

*Leia matéria especial ao final deste boletim*

- ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM

Curso: **"O Sistema de Garantia de Direitos e Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes"**

PÚBLICO-ALVO: Magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça, psicólogos e assistentes sociais do Tribunal de Justiça, promotores de justiça, defensores públicos e demais profissionais da rede do sistema de garantia de direitos.

PERÍODO DO CURSO: 12/5/2026 a 10/11/2026. das 09h00 às 11h00.

INSCRIÇÕES: de 10/4/2026 a 10/4/2026 ou até o preenchimento das vagas - [CLIQUE AQUI](#)

- ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM em conjunto com COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE e TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Seminário: **"Maio Laranja - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES"**

DATA: 8 e 15 de maio de 2026

PALESTRANTES: **Tatiane Moreira Lima**, Juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional de São Miguel Paulista, mestre em Ciências Médicas, autora do livro infantil "O corpo é meu e ninguém põe a mão". **Caroline Arcari**, Escritora, pedagoga, mestra em Educação Sexual, autora do livro "Pipo e Fifi: proteção contra violência sexual". **Fábio Henrique Falcone**, Juiz da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Capital; juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal; autor de livro, capítulos de livros e artigos, com ênfase em sociologia jurídica. **Annunziata Alves Lulianello**, Promotora de Justiça no Ministério Público de São Paulo, autora do livro "Depoimento Especial: um instrumento de concretização da proteção integral de crianças e adolescentes submetidos a abuso sexual. **Ilma Pereira dos Santos**, Assistente social, ativista e militante no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Consultora, palestrante, professora, pesquisadora e facilitadora em oficinas de temas sobre a garantia de direitos de criança e adolescente. **Daniela Maria Muniz**, Assistente social, atua como analista de assistência e desenvolvimento social na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, coordena a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e integra o Comitê Intersecretarial da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

INSCRIÇÕES: [CLIQUE AQUI](#)

## • CNJ e STJ •

- [CNJ lança Mês da Infância Protegida com foco no enfrentamento à violência](#)

**29/4/26** - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança, na próxima terça-feira (5/5), no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a primeira edição do "Mês da Infância Protegida". A iniciativa tem como objetivo fortalecer políticas públicas e práticas institucionais voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, com foco no enfrentamento das violências e na celeridade da resposta judicial em casos envolvendo vítimas infantojuvenis.

- [Entenda a Decisão que destaca tese sobre custeio de medicamento sem registro na Anvisa](#)

**28/4/26** - A questão discutida é se o plano de saúde é obrigado a custear medicamento não registrado na ANVISA, especialmente medicamentos à base de canabidiol, cuja importação foi autorizada para uso domiciliar.

## • TJSP •

- [TJSP conscientiza sobre TEA em palestra da Daps](#)

**2/4/26** - Em comemoração ao Dia Mundial da Conscientização do Autismo, celebrado hoje (2), a Diretoria de Apoio aos Servidores (Daps) do Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), realizou, ontem (1º), a palestra "Navegando pelo Espectro: Uma Jornada Sobre o Autismo", com o neurologista Renato Arruda.

- **Comissão de Saúde do TJSP inicia atividades com reunião inaugural**

7/4/26 - A Comissão de Saúde do Tribunal de Justiça de São Paulo realizou, nesta terça-feira (7), reunião inaugural na Sala Advogado José Adriano Marrey Júnior (Biblioteca), no Palácio da Justiça. O encontro marca o início das atividades do grupo, instituído pela [Portaria nº 10.811/2026](#), publicada ontem (6) no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (Dejesp). O ato foi conduzido pelo presidente do TJSP, desembargador Francisco Eduardo Loureiro.

- **Pais são condenados por abandono intelectual após manterem filhas em ensino domiciliar**

28/4/26 - A 2ª Vara Criminal de Jales condenou os pais de duas meninas por abandono intelectual. A pena foi fixada em 50 dias de detenção, em regime inicial semiaberto, suspensa por dois anos mediante prestação de serviços à comunidade, matrícula e frequência das crianças em escola regular.

• M I G A L H A S •

- **Verificação de idade no ECA Digital: Do marco legal à implementação prática**

17/4/26 - A entrada em vigor da lei 15.211/25 (ECA Digital)1, em 17 de março de 2026, marcou uma mudança importante na forma como o direito brasileiro passou a tratar a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Seu objetivo central é estabelecer deveres específicos para produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados a esse público, ou com acesso provável por ele. O ECA Digital, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), compõe hoje os principais instrumentos normativos no Brasil sobre direitos de crianças e adolescentes, e se completam de forma harmônica.

- **Justiça do RJ determina internação de adolescente por estupro coletivo**

18/4/26 - A Vara da Infância e da Juventude da Capital determinou a internação de um adolescente envolvido em um estupro coletivo registrado em um apartamento de Copacabana, na zona sul da capital. A medida socioeducativa foi fixada sem autorização para atividades externas por seis meses.

- **STJ afasta resolução e mantém vara especializada em crime contra adolescente**

22/4/26 - Por unanimidade, a 6ª turma do STJ firmou entendimento de que a competência da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente não pode ser restringida por resolução de tribunal local.

- **A judicialização da saúde e o acesso a medicamentos de alto custo no Brasil**

22/4/26 - Por unanimidade, a 6ª turma do STJ firmou entendimento de que a competência da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente não pode ser restringida por resolução de tribunal local.

• C O N J U R •

- **Prova de necessidade obriga Estado a fornecer remédio fora de lista do SUS**

9/4/26 - O direito constitucional à saúde determina que o poder público entregue medicamentos não incorporados à lista oficial do Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, o paciente deve provar a necessidade médica, a ineficácia das opções comuns, o registro na agência reguladora e a total incapacidade financeira para a compra.

- **Um mês de ECA digital: falácias, desafios e caminhos à frente**

17/4/26 - Com a entrada em vigor do ECA Digital, em 17 de março de 2026, o Brasil passa ter a legislação protetiva de crianças e adolescentes na internet mais abrangente e ambiciosa entre todos os países. Como nesta semana a vigência da lei completa um mês, vale analisar os avanços obtidos com a norma, assim como os desafios à frente, que não são poucos.

- **Prática de alienação parental e fraude justificam inversão de guarda**

29/4/26 - A prática de atos deliberados e sucessivos de [alienação parental](#), incluindo mudança de domicílio fraudulenta e denúncias falsas, é fundamento válido para a inversão de guarda em favor do genitor alienado.

- **Irrepetibilidade do depoimento especial e limites éticos da reabertura probatória**

28/4/26 - A nova tomada de depoimento especial (DE) em sede revisional expõe um dos pontos mais delicados do processo penal contemporâneo: a dificuldade de reconhecer que revisão de decisão judicial transitada em julgado encontra limites éticos quando volta a incidir sobre a vítima vulnerável. O tema não se esgota em técnica probatória. Ele envolve o estatuto moral da vítima no interior do processo. Envolve a pergunta sobre até onde o sistema pode ir quando, para rever a própria decisão, convoca novamente quem já foi atravessado pela violência originária e pela violência institucional da rememoração.

• T E R R A •

- [Proteção digital na infância entra no centro do debate público](#)

**15/4/26** - O ano de 2026 pode ser um divisor de águas na relação entre a proteção da infância e o mundo digital. Em Los Angeles, nos Estados Unidos, denúncias sobre o uso desregulado do público 'sub-13' como estratégia de crescimento levaram as gigantes Google e Meta a julgamento. A educadora parental Priscilla Montes aponta a importância do debate sobre o controle de conteúdo das plataformas e como ele lança luz também sobre a responsabilidade dos adultos responsáveis.

• MATÉRIA ESPECIAL - FANTÁSTICO •

- [Abandono afetivo: entenda a lei que permite que filhos peçam indenização a pais omissos](#)

**6/4/26** - A ausência de pai ou mãe na infância, marcada por promessas não cumpridas e falta de convivência, pode deixar sequelas profundas ao longo da vida. Esse tipo de situação tem nome na Justiça: **abandono afetivo**. E, desde outubro de 2025, uma lei brasileira passou a permitir que filhos processem responsáveis ausentes e peçam indenização por danos morais.

